

PREFÁCIO

A 27ª Edição da Revista ESMAT apresenta à comunidade científica tocantinense e brasileira mudanças importantes em sua política editorial, levando em conta o objetivo constante de maximização da qualidade científica do periódico, expressa, dentre outros fatores, pela avaliação do estrato qualis na Capes.

Assim é que, a partir da presente edição, passa a Revista a publicar artigos com cem por cento de exogenia, assim considerados artigos de autores mestres e doutores, provenientes de outros estados da Federação e do exterior.

A decisão de publicação exclusiva de artigos com exogenia leva também em consideração a realidade do perfil acadêmico e profissional da Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Após mais de dez anos de oferta do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, bem como da oferta de turmas de Doutorado Interinstitucional (Dinter), centenas de profissionais já passaram a integrar o plano acadêmico do stricto sensu, constituindo hábito, para esses autores, a submissão de artigos para publicação em diferentes periódicos do Brasil e do exterior.

A profunda transformação desse cenário local foi concebida há mais de uma década pela gestão visionária da Diretoria da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, permitindo, com o passar dos anos, não apenas a construção do elevado número de juizes e de servidores portadores do título de mestre e/ou doutor, mas também a inevitável busca dos autores por novos veículos científicos para divulgação de seus trabalhos.

Soma-se também a essa decisão editorial a vinculação da Revista ESMAT ao Programa de Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, tornando natural o seu fortalecimento mediante a captação de um número maior de trabalhos exteriores ao estado do Tocantins.

A Revista ESMAT anuncia outra significativa conquista: além do trabalho de revisão ortográfica dos artigos para a norma culta da língua portuguesa (já desempenhado pela competente servidora Maria Ângela Barbosa Lopes), passam os trabalhos publicados na versão digital do periódico a serem traduzidos para a língua inglesa. Isso representa passo decisivo para o aumento da visibilidade dos artigos publicados no exterior, com repercussão no aumento do fator de impacto do periódico, além, é claro, de ganho significativo para os próprios autores dos trabalhos, que terão os seus artigos traduzidos sem custo pela própria Revista. Destacamos que este papel já está sendo desempenhado pela competente tradutora Cláudia Regina Carreira Marques, encontrando-se as edições 18, 20, 21 e 25 já traduzidas para a língua

inglesa. Nessa oportunidade, convidamos os prestigiados leitores a acessarem o site da Revista e conferirem as novidades.

Completa o rol de modificações trazidas à Revista o aumento de sua periodicidade anual, o que permitirá a maximização do fluxo de artigos publicados, em benefício de autores e de leitores, mantendo-se, contudo, os rigorosos padrões de seleção e avaliação de artigos, realizados por pareceristas mestres e doutores mediante o sistema do double blind review.

Constam da presente edição doze artigos de excelência, sendo dez deles nacionais e dois internacionais.

André Peixoto de Souza analisa a ética do Direito a partir do advento da lei, comando comportamental presente ontologicamente em qualquer sociedade, abrangendo os ritos de modalidade processual e o compromisso ético da confissão, ou seja, o compromisso em dizer a verdade, com coragem e responsabilidade. Entende o autor ser esta confissão um exercício ético, engendrando consequências no âmbito jurídico e no político.

Thaís Helena Cavalcante e Leonardo Damasceno promovem análise documental e normativa para a investigação da acessibilidade na Universidade Federal do Ceará (UFC), levando em conta as diretrizes do Ministério da Educação em relatórios de visitas in loco realizados no período de 2010 a 2018, além de entrevistas com coordenadores de cursos de graduação.

Por seu turno, Alexander Ribeiro examina o processo estrutural como medida de legitimação da intervenção judicial em políticas públicas, identificando o papel do Poder Judiciário na fiscalização, correção, implementação e efetivação dessas políticas, abrangendo em sua análise a doutrina e os precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, propondo, ao fim, soluções para assegurar a efetividade dos direitos fundamentais sem o comprometimento da separação dos poderes.

André Dias e José Rodrigo Silveira investigam a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações do município de Itarema/CE. Destacam a necessária observância da sustentabilidade no mercado de consumo, assim como o poder do Estado-comprador de promover condutas que contribuam para a preservação do meio ambiente, apontando, ainda, as consequências da omissão do Estado nessa área, e possíveis soluções para o problema.

Laís Maria Gondim e João Luís Nogueira analisam a viabilidade de utilização do hidrogênio verde como mecanismo para a efetivação da transição energética no Brasil, identificando os desafios para seu uso e regulamentação, os aspectos climá-

ticos e econômicos relacionados, bem como as normas e projetos vigentes sobre o tema.

Carlos Henrique Cardoso e Jeferson Oliveira examinam a importância da indústria de defesa e seu papel no desenvolvimento tecnológico do País, com enfoque nos aspectos socioeconômicos de geração de empregos, propriedade intelectual e divisas financeiras. Identificam os autores que a descontinuidade de projetos de defesa, seja por questões políticas, jurídicas ou orçamentárias, acaba gerando efeitos negativos no retrocesso de toda a cadeia produtiva.

Daniela Vieira de Melo investiga as ferramentas de Online Dispute Resolutions (ODR) e os novos instrumentos tecnológicos em busca da efetividade do direito de acesso à justiça no Brasil. A pesquisa empreendida investiga o uso das tecnologias, sobretudo das online dispute resolutions enquanto instrumentos que garantam mais efetividade da prestação jurisdicional, analisando-se, para isso, as experiências com a aplicação de ODR em torno do mundo, a exemplo dos Estados Unidos, do Canadá, da Austrália e da União Europeia, bem como no Brasil.

Wladimir Lucietti Filho discorre sobre o delicado tema das internações psiquiátricas, investigando essa realidade no âmbito do estado do Paraná, dando enfoque aos aspectos legais da internação psiquiátrica por saúde mental ou por dependência de álcool e drogas. Analisa o autor as Leis Federais nº 11.343, de 2006, e nº 10.216, de 2001, bem como a Lei Estadual nº 11.189, de 1995, com destaque para a forma de controle dos internamentos por parte do Ministério Público e os percalços que inviabilizam a fiscalização mais efetiva dos estabelecimentos, concluindo pela necessidade de um sistema de normas que otimize a atuação ministerial e a garantia dos direitos fundamentais.

Lídia Moura e Douglas Soares investigam a desigualdade de gênero na série *The Handmaid`s Tale*. Neste trabalho inovador, examinam a realidade das mulheres que protagonizam a série, os direitos violados, bem como as divisões e restrições a elas impostas. Analisando a trama retratada em um futuro distópico, evidenciam os autores a desigualdade de gênero sob o ponto de vista jurídico e das relações de gênero.

O trabalho de Fábio Zonta investiga a internacionalização dos direitos humanos em seu contexto global. Para o autor, os direitos humanos adquiriram importância significativa após a Segunda Guerra Mundial, estabelecendo à comunidade internacional padrões globais e universais de proteção de direitos. Analisa o autor a possibilidade de uma universalização de direitos humanos compatível com a diversidade plural e global de ordens e de sistemas jurídicos internacionais, que permitam a coexistência de direitos humanos no âmbito das nações.

Os dois artigos internacionais que compõem a presente edição são provenientes de Moçambique e da Espanha.

Almir Reis Júnior e Luana Emídio Francisco abordam o fenômeno do tráfico de pessoas no ordenamento jurídico moçambicano (incluindo o tráfico para a exploração sexual, tráfico de órgãos, tráfico para adoção e o tráfico para execução de trabalho escravo), os efeitos na violação de direitos e liberdades das vítimas e da própria dignidade da pessoa humana, bem como os mecanismos disponíveis para a sua prevenção. Consoante apontam os autores, essa triste realidade é agravada em virtude das condições sociais e econômicas de pobreza extrema, do desemprego, do analfabetismo e da baixa eficácia das normas protetivas das vítimas, revelando, como uma de suas facetas mais cruéis, o tráfico sexual infantil, em especial nas províncias de Maputo, Beira, Chimoio, Tete e Nacala.

Da Espanha, Laura Rodríguez e Felipe Calderón-Valencia analisam as limitações promovidas pelos direitos humanos quanto ao uso de armas tecnológicas. De acordo com os autores, frente a países com arsenais carentes de armas tecnológicas, é importante estabelecer, consideradas as decisões tomadas em teatros de guerra, a regulação de requisitos a serem cumpridos pelas empresas de armamentos no design de seus produtos, proporcionando transparência nas informações compartilhadas com os Estados, priorizando a gestão de riscos frente aos países envolvidos. Urge, nesse mister, a elaboração de normas, leis e princípios capazes de exercer controle sobre esse tipo de relação contratual, impondo sanções às empresas envolvidas em escândalos de violação de direitos humanos.

O compromisso de aperfeiçoamento da Revista ESMAT, esforço contínuo de toda a equipe editorial, continuará a trazer frutos a toda a comunidade científica. Esse esforço tem por objetivo levar ao leitor trabalhos filtrados com a máxima exigência editorial, ofertando contribuições das mais significativas no campo do Direito e das Ciências Sociais no Brasil e no exterior.

Palmas-TO, abril de 2024.

Prof. Dr. Tarsis Barreto Oliveira

Editor Científico da Revista ESMAT